

ÁGUAS LIVRES

BOLETIM INFORMATIVO DA COMPANHIA DAS ÁGUAS DE LISBOA

Com a colaboração de mais de três milhões de trabalhadores * Boletim Livre N.º 43 * Julho/Agosto - 1974



Nota de abertura

Quando em 21 de Junho, os Trabalhadores sanearam a Administração, não resolveram um problema. Corajosamente, encararam-no e procuram, ainda hoje, dar-lhe solução.

Apontaram-se injustiças flagrantes, erros, deficiências.

As relações patronato-trabalho tinham-se, ao longo dum século de vida da Empresa, adulterado progressivamente, agudizando-se nos últimos anos com a entrada em vigor do impopular Acordo Colectivo de Trabalho e duma tabela salarial, imposta, fascista — logo desumana.

Desta tabela, a grande vítima foi o Pessoal Operário.

O agravamento do custo de vida, de que foi sempre responsável a camarilha empresa-

rial, aliada a um governo corrupto, só interessado em manter o povo numa ignorância propiciatória da exploração e que respondia às justas reivindicações com uma repressão medieval, fez eclodir o «25 de Abril» na Companhia das Águas.

A semelhança do glorioso Movimento das Forças Armadas, não houve «tiros».

Houve sim, ordem, disciplina, reforço dos pontos críticos do abastecimento. Fizeram-se reparações, em tempos nunca conseguidos.

A população assiste, impressionada, à actuação dos Trabalhadores.

— A água nunca faltou!

Mais uma vez é preciso, é justo, louvar, em especial, o procedimento dos Operários.

— Foram magníficos.

O Governo Provisório louva o nosso procedimento.

Estão, agora, cá, três dos seus mais dignos representantes, na condução dos destinos da Empresa. Colaboramos com eles. São da nossa confiança. Sabem o que querem. Sabem exigir. Sabem que estão cá para servir o Povo.

Não trabalham pelo lucro, trabalham para a Nação.

À tua semelhança, Trabalhador, este boletim é de modesta apresentação; porém, pretende ser útil pelo seu conteúdo.

Foi feito para ti.

Esperamos que nos digas se te agrada.

A REDACÇÃO

ESCLARECIMENTO POLÍTICO

Por Gomercindo Carvalho

1. Hoje, num súbito despertar da longa noite fascista, toda a gente pergunta o que é a democracia, o socialismo, o comunismo, etc. Tentaremos dar uma breve ideia do que isso seja.

Democracia significa um regime em que o Povo é que detém o poder político. O próprio significado da palavra quer dizer isso mesmo. De facto, se dividirmos a palavra democracia em duas palavras gregas que a constituem (demo+cracia) vemos que *demo* significa povo e *cracia* significa poder. Mas dito isto é possível que ainda não fiquemos a saber o que é democracia, pela simples razão de que muitos de nós não sabem o que significa a palavra Povo.

O que é Povo? Será que todos os habitantes de Portugal pertencem ao Povo? Um operário, um camponês, um empregado de escritório, um empregado de comércio, etc., pertencem efectivamente ao Povo. Mas os capitalistas tais como um Jorge de Melo, um Champalimaud, um Jorge de Brito, etc., pertencem ao Povo? Claro que não, estes homens não são Povo, mas sim *exploradores* do Povo. A nosso ver também não pertencem ao Povo todas aquelas pessoas cujo trabalho consiste em oprimir e explorar os trabalhadores por conta de capitalistas, ou seja, certos administradores, gerentes, encarregados, etc., que são verdadeiros lacaios dos exploradores.

Então o que é o Povo? Entendemos que só pertencem ao

Povo aquelas pessoas que criam as riquezas ou que para isso contribuem. Povo é portanto o conjunto dos trabalhadores de um país.

2. Agora que temos uma ideia do que é o Povo, já podemos entender melhor o que é a democracia. Isso evitará que sejamos enganados, perigo esse muito grande nos dias que correm em que quase toda a gente se diz democrática.

Portanto em que condições é que o Povo detém o poder, ou seja, em que condições é que há uma verdadeira democracia? Por exemplo, haverá democracia (autêntica democracia) quando o Povo não é o dono das riquezas que cria? Se o *poder económico* estiver nas mãos dos capitalistas, se forem eles

a possuir as fábricas, as terras, as minas, os transportes, etc., acaso poderá haver um regime democrático? Claro que não. Sabemos que o poder económico é o mais forte, que no fundo é ele que comanda o *poder político* e o poder ideológico.

No regime que durou até ao dia 25 de Abril estes três poderes estavam nas mãos dos fascistas. Hoje a situação é diferente, os fascistas perderam o poder político e em boa medida o poder ideológico. Ficaram contudo com o poder económico, o mais forte de todos, como vimos já. Em face disso perguntamos: em Portugal há já uma verdadeira democracia?

3. É necessário distinguirmos entre dois tipos de democracia: a *democracia burguesa* e a *democracia popular*.

Quando é que uma democracia é burguesa? Quando os burgueses (os capitalistas) estão no poder. E quando é que uma democracia é popular? Quando é o Povo que está no poder.

Uma democracia burguesa é só democracia de nome, de fachada. Há nela efectivamente algumas liberdades, as pessoas podem falar, reunir, associar-se, etc., mas também uma liberdade que mata em grande parte todas as demais que é a *liberdade do homem explorar o homem*. Numa democracia burguesa, como existe em França, Inglaterra, Estados Unidos, etc., os trabalhadores não têm autêntica liberdade pela simples razão de que não são os donos dos *meios de produção* (fábricas, terras, minas, etc.).

Já não sucede assim nas democracias populares onde o Povo é que está no poder. É precisamente o que ocorre na Hungria, na Polónia, na Che-

coslováquia, etc., onde são os trabalhadores que detêm simultaneamente o poder económico, político e ideológico.

4. Que diferença há entre *democracia* e *socialismo*? Podemos dizer que uma verdadeira democracia é sempre um verdadeiro socialismo e vice-versa, um verdadeiro socialismo é sempre uma verdadeira democracia.

Tal como sucede com a democracia, hoje temos que referir dois tipos de socialismo: o *socialismo burguês* e o *socialismo proletário*.

Socialismo burguês é aquele que existe em certos países da Europa (Suécia, Noruega, etc.), e que de socialismo só tem o nome. No fundo ele não se distingue muito da democracia burguesa, apenas lança um pouco mais de poeira nos olhos dos trabalhadores a fim de melhor ocultar a *exploração capitalista*.

Socialismo proletário é o mesmo que democracia popular. Há socialismo proletário na União Soviética, na Hungria, na Alemanha Oriental, na Bulgária, em Cuba, etc. Nestes países a exploração do homem pelo homem acabou definitivamente e por essa razão o socialismo aí existente não é uma fachada.

5. O socialismo proletário é a primeira fase do *comunismo*. O que é que distingue o socialismo do comunismo? Podemos dizer assim: as riquezas no socialismo são distribuídas «a cada um segundo o seu trabalho»; No comunismo são distribuídas «a cada um segundo as suas necessidades».

Convém referir mais em pormenor estas duas fórmulas. Se aceitarmos que as riquezas sejam distribuídas «a cada um segundo o seu trabalho» estamos a liquidar a possibilidade de haver quem viva à custa do trabalho dos outros, ou seja,

a liquidar o capitalismo. Um regime no qual os trabalhadores recebem de acordo com aquilo que produzem é um regime justo e humano e conduz a uma maior produtividade no trabalho pelo incentivo que provoca. Criam-se assim as condições para construir *sociedades de abundância* onde os trabalhadores recebem já não de acordo com o que produzem mas sim de acordo com as suas necessidades. Esta será pois a *sociedade comunista*.

Muita gente não crê que haja possibilidades de se criarem sociedades comunistas. Afirmam que o homem é por natureza egoísta, que se acaso lhe dessem a possibilidade de ter as coisas de acordo com as suas necessidades não haveria produção capaz de satisfazê-las. Esta é uma ideia *pessimista* acerca da natureza do homem, em grande parte inculcada nas pessoas pelas várias religiões. Naturalmente que os homens vivendo em sociedade onde há regimes que consagram a exploração não poderão deixar de ter um espírito egoísta (salvaguarda-se as excepções, claro). Mas o mesmo já não sucede em regimes em que a exploração dos homens acabou, como é o caso das sociedades socialistas (de socialismo proletário).

No decorrer da construção do socialismo o homem educa-se a todos os níveis. Um dos factores que mais contribuem para a sua educação é o próprio trabalho que ele passa a estimar em grau crescente. E quando esta estima pelo trabalho atingir o grau que já hoje vemos existir em certos *artistas*, quando o trabalho constituir para cada trabalhador uma das maiores fontes de prazer, de realização humana, então entra-se no comunismo. Aí as riquezas serão abundantes e os trabalhadores estarão educados para não terem exigências absurdas, pois as suas necessidades nunca visarão o supérfluo mas sim o essencial.

6. Todas as sociedades chegarão um dia ao comunismo e naturalmente a sociedade portuguesa também. Os comunistas portugueses há já mais de meio século que lutam arduamente por isso.

Qual é a organização política que em Portugal mais consequentemente luta pelo estabelecimento do comunismo? Todos os trabalhadores honestos e minimamente esclarecidos sabem que essa organização política é o Partido Comunista Português (PCP). Naturalmente que há algumas pessoas que não concordam com esta afirmação, pois dizem que o PCP não procura estabelecer o socialismo (e muito menos o comunismo) no nosso país. Tais pessoas afirmam que o PCP é «revisionista», termo este que significa ter ele *revisto* (alterado) os princípios ideológicos do Marxismo-Leninismo, ideologia esta que orienta a vida de todos os partidos comunistas. Assim o PCP seria um partido que não estaria ao serviço do *proletariado*, dos trabalhadores, mas sim ao serviço da *burguesia*.

Regra geral as pessoas que atacam o PCP, classificando-o de «revisionista» ou «reformista» (ou ainda partido burguês), podem ser chamados de «esquerdistas» e a esmagadora maioria delas pertencem à classe burguesa (pequenos e médios burgueses). De onde se dá o caso curioso de serem burgueses os que acusam o PCP (constituído na maioria por operários e camponeses) de ser um partido burguês.

7. Quais são fundamentalmente as diferenças entre o PCP e os seus adversários «esquerdistas»? As seguintes:

O PCP entende que antes de estabelecer o socialismo em Portugal (e em seguida o co-

munismo) é preciso primeiro fazer a *revolução democrática e nacional* (entendendo por esta revolução a conquista das liberdades fundamentais e o combate decidido contra os monopólios nacionais e estrangeiros).

Os «esquerdistas», confundindo os seus desejos com a realidade, entendem que se pode fazer *já a revolução socialista*.

Ora o que nos diz a nossa experiência de trabalhadores? Teremos nós *já* a força suficiente para fazer a revolução que coloque os operários no poder? Na luta que travamos contra a grande-burguesia monopolista (os chamados «tubarões») podemos desprezar a aliança da pequena-burguesia e de alguns sectores da média-burguesia, ambas também prejudicadas pelos monopólios?

O PCP entende que os monopólios nacionais e estrangeiros só podem ser combatidos eficazmente pelo esforço conjunto de todas as classes exploradas (proletariado, camponato, pequena-burguesia), e que portanto é necessário antes de mais consolidar e reforçar as liberdades já conquistadas a partir do «25 de Abril». Depois, quando o proletariado e o camponato estiverem suficientemente fortes, quando a foice puder trabalhar lado a lado com o martelo numa aliança indestrutível, então sim, o socialismo proletário será uma realidade no nosso país.

8. É importante sabermos qual o xadrez político actualmente existente no nosso país e determinar em que sentido apontam as forças do jogo. Começemos pela *extrema-esquerda* (os chamados «esquerdistas»).

Apenas referimos aqui 21 organizações políticas das cerca de 60 existentes. Agora interessa saber quais as organizações políticas que neste leque ocupam o lugar mais impor-

tante na democratização do país? São as da *esquerda*. E quais as forças políticas que podem vir a ter um papel importante como travão à democracia? São as do *centro* e naturalmente as da *direita*.

E as forças da *extrema-esquerda*? Serão elas favoráveis ou contrárias à democratização do país? A nossa experiência já nos pode dizer alguma coisa sobre este assunto, e decerto será que os «esquerdistas», quer disso tenham ou não consciência, não fazem outra coisa senão o jogo da direita e da extrema-direita.

EXTREMA-ESQUERDA

Partido Revolucionário do Proletariado (PRP);
Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP);
União Revolucionária Marxista-Leninista (URML);
Partido Comunista de Portugal Marxista-Leninista (PCP-m-l);
Liga Comunista Internacionalista (LCI);
Comissões de Base Socialista (CBS);
Liga de Unidade de Acção Revolucionária (LUAR).

ESQUERDA

Partido Comunista Português (PCP);
Partido Socialista Português (PSP);
Movimento Democrático Português (MDP);
Movimento da Esquerda Socialista (MES);
União dos Estudantes Comunistas (UEC).

CENTRO

Partido Popular Democrático (PPD);
Partido Popular Monárquico (PPM);
Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES).

DIREITA

Movimento Federalista Português (MFP);
Partido Democrático Cristão (PDC);
Partido Liberal Português (PLP);
Partido Republicano Independente (PRI);
Movimento Popular Português (MPP);
Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP).

SOBRE A LIBERDADE

«O povo necessita liberdade.»

«Não estreites a sua morada nem desprezes a sua via.»

(YAN CHU, 395-355 a. n. e.)

«Os homens devem pugnar, não por que a Natureza se submeta a eles mas, pelo contrário, devem submeter-se a ela.»

(ESPINOSA, 1632-1677)

«No estado natural todos os homens são iguais e livres, estabelecendo-se que a liberdade, sob o *contrôle* da razão, não se identifica com a arbitrariedade.»

(LOCKE, 1632-1704)

«O homem é livre quando pode fazer o que quer, porém, não é livre de querer; isto é, não pode querer sem alguma causa.

A liberdade social consiste em agir em conformidade com as leis da natureza.»

(VOLTAIRE, 1694-1778)

«Os filósofos são amigos da razão e da ciência, enquanto que os padres são inimigos da razão e protegem a ignorância.»

«Cada século tem o seu espírito característico. O do nosso tempo é o espírito da liberdade.»

(DIDEROT, 1713-1784)

«A concepção materialista da liberdade não tem nada que ver com o fatalismo místico, ou seja, com os pontos de vista, segundo os quais, todos os actos das pessoas e suas consequências estão predeterminados por uma força invisível — pelo destino. O indivíduo toma e realiza as suas decisões, segundo a sua ideologia, os seus interesses e necessidades, se-

gundo a sua compreensão, o amplo e profundo dos seus conhecimentos, em dependência da sua capacidade para realizar os actos necessários e livrar-se das casualidades. O indivíduo torna-se mais livre ao ampliar os seus conhecimentos, desenvolve os seus pensamentos e aprende a actuar de acordo com as leis conhecidas do mundo objectivo.

A liberdade é o reconhecimento do que é indispensável, necessário.»

(ENGELS)

«A liberdade não consiste numa independência imaginária das leis da Natureza, mas sim em conhecer essas leis e, portanto, ter a possibilidade de utilizá-las, segundo um plano, para fins determinados. Por isso, a liberdade da vontade é

a capacidade para tomar decisões, conhecendo o que está em causa.»

(MARX e ENGELS)

«O indivíduo é responsável pelos seus actos e pela sua conduta; a sua responsabilidade é tanto maior quanto mais esclarecido está e tem a possibilidade de decidir, conhecendo do se trata.

Quando o determinismo estabelece que os actos humanos são constantes e rechaça o mito vergonhoso do livre arbítrio, não destrói a razão nem a consciência do indivíduo nem a valorização dos seus actos. Pelo contrário, somente sob o ponto de vista do determinismo se pode fazer a valorização severa e exacta e não culpar de tudo a vontade livre.»

(LENIN)

ATENÇÃO À Cogestão e à Autogestão

Cogestão — Participação dos trabalhadores na gestão das empresas.

Autogestão — Gestão das empresas pelos trabalhadores.

As mutações operadas em Portugal, após o 25 de Abril, o processo então iniciado contém em si próprio o irromper de questões, o surgir de novos problemas, a necessidade e urgência de debates amplos, de esclarecimento mútuo e fundamentalmente de acção organizada na consolidação dos passos em frente dados.

Aos trabalhadores abrem-se novas perspectivas.

São eles, unidos e organizados, uma poderosa força no evoluir, na transformação.

São eles uma poderosa força na extinção das sobrevivências do regime opressor.

À sua unidade, ao seu debate franco e aberto, à sua força organizativa compete denunciar todas as acções que visem (consciente ou inconscientemente) retroceder e conduzir à situação anterior de 25 de Abril.

São eles a força determinante na denúncia de todas e quaisquer manobras da reacção.

Compete-lhes, unidos em redor das suas organizações, criar o baluarte coeso, a barreira intransponível à infiltração venenosa dos germens da reacção.

O capital sem pátria — o imperialismo mundial — na sua sede do lucro necessita de criar os mecanismos que lhe permita atingir os seus objectivos

O uso e abuso da repressão, feroz e arbitrário, a criação de todo um aparelho de Estado, que, subordinado aos seus desígnios, explora, congelando salários e aumentando os preços, priva da liberdade **cidadãos**, reprime todas as tentativas de organização e discussão, em suma, a posse do poder político, é a forma mais completa que o capital possui de prosseguir fidedignamente os seus interesses.

O regime fascista é a ditadura feroz dos monopólios e do imperialismo.

O regime fascista era o fiel prossecutor dos desígnios do imperialismo.

O arsenal de meios utilizados pelas forças obscuras da reacção não se limita à utilização — frontal e mais feroz do poder político. Recorrem também a formas mais habilidosas, mais subtis, e não menos reaccionárias, de prosseguir os seus interesses: de explorar, de oprimir, de sugar cada vez mais o sangue do trabalhador.

Constroem mecanismos de manuseamento dos trabalhadores, lançando a divisão, criando a ilusão, aparentando o que não são.

Para perpetuarem o seu domínio hegemónico, os serventuários do grande capital vestem e despem as mais díspares peles, apresentam-se multifacetados.

Sempre pragmáticos nos meios de que dispõem, rígidos nos objectivos que visam.

Com a alteração política havida em Portugal, o poderio económico ficou privado do seu mais poderoso meio, do seu mais fiel defensor — o poder político fascista.

Com a mutação política operada os trabalhadores ficaram com melhores condições de discussão e de resolução dos problemas, com oportunidade de livremente optarem pelo caminho a seguir.

Estas são algumas das ideias que nos surgiram e que considerámos prévias à análise de alguns problemas que agora se estão a colocar aos trabalhadores, como sejam a *cogestão*, a *autogestão* e a *participação*.

Não negamos a ambiguidade que revestem estas questões, nem a controvérsia que têm levantado. Acentuamos no entanto a premente urgência de superar tais ambiguidades.

Que no debate e na discussão livre, consolidemos as nossas posições e denunciemos todo o ardil reaccionário vista que capa vestir.

Cogestão

Ao abordar este problema não podemos ignorar quais as relações de produção em que estamos inseridos e quem são os detentores dos meios de produção.

Não podemos varrer do nosso espírito o que é o capitalismo e os fins que visa o capital, assim como não podemos ignorar os meios de que necessita de dispor: a necessidade intrínseca e premente de explorar sempre e cada vez mais.

Os capitalistas continuam a ser os detentores dos meios de produção, a propriedade continua a ser pertença dos mesmos.

Continuam a ter como objectivo o lucro e como meio a exploração.

No actual contexto quais as vantagens, para os trabalhadores, quais os resultados de uma eventual colaboração na gestão das empresas?

Integrar-se-ia a cogestão empresarial no processo evolutivo de emancipação das classes trabalhadoras ou aparecerá como medida para retardar o avançar do mesmo?

Que interessa ao trabalhador: participar, colaborar na gestão de um sistema que o oprime e explora ou colocar cada vez mais em causa esse sistema? Gerir ou exigir? Participar ou vigiar?

Quais os fins visados pelo grande capital ao incentivar a cogestão e outras medidas de participação?

Não é por acaso que estes problemas surgem.

Não é por acaso que surgem estas ambiguidades.

O facto de surgirem demonstra inequivocamente que algo mudou em Portugal, demonstra inequivocamente que houve alterações, que existem novas situações. Que essas alterações, essas situações impuseram e impõem novas tácticas, novos meios. Tanto para as forças da reacção como para os trabalhadores.

Não escamoteando as questões sustentaremos que a cogestão nas empresas, actualmente, no sistema económico ainda vigente, aparece como uma medida enquadrada no contexto do colaboracionismo de classes, que não foi impor qualquer mutação qualitativa, isto é, que não vai implicar uma transformação do carácter capitalista da gestão empresarial.

A cogestão surge como amortecedor, como travão às justas exigências e aspirações dos trabalhadores, como meio de evitar a confrontação directa de interesses opostos.

Aos trabalhadores interessa e interessará cogerir, ter um papel fundamental e imprescindível na vida da sociedade futura, onde a exploração do Homem pelo Homem não tenha lugar.

O que lhes interessa é co-gerir a sua própria exploração. Não lhes interessa participar na divisão da sua classe.

Os interesses dos trabalhadores são irreconciliáveis com os dos capitalistas. São antagónicos.

A cogestão surge, pela parte patronal, como mais uma forma de iludir os trabalhadores e de utilização dos mesmos através do obscurecer dos seus reais interesses *

Na realidade os trabalhadores no momento presente nada têm a gerir, porque nada têm.

Em termos semelhantes se coloca a *autogestão*.

Alternativa que neste momento aparece e que se filia numa ausência de uma visão global do mundo económico. Utopicamente pensam os seus proclamadores nada gerir isolados uma empresa, alheados do contexto económico em que se inserem.

É uma alternativa que não tem em conta os interesses gerais e globais dos trabalhadores e julga poder resolver os seus, isoladamente.

Apoia-se na doce e terna ignorância de existência de leis objectivas de desenvolvimento económico e social, (leis que regulam a sociedade socialista) e pende para um espontaneísmo anárquico desfasado do contexto da sociedade capitalista onde ainda vivemos.

A cogestão e autogestão aparecem, pois, como falsas respostas do problema da emancipação real dos trabalhadores e que longe de pôr em causa a discriminação económica existente contribuirá para a acentuar

Transportam consigo a aspiração profunda dos nossos trabalhadores de participarem na gestão do que é seu e, a ingenuidade simplista de julgar resolvido o problema desta forma.

A cogestão e autogestão aparecem também e fundamentalmente como forma, como meio adoptado pelas forças da reacção de cimentarem o seu poderio económico, conseguido à custa de gerar *ilusões* nos trabalhadores, de que os interesses dos mesmos estão ligados aos interesses da empresa e fundamentalmente à custa de um adular da consciência de classe dos trabalhadores. É em suma um reanimar, das teses *caducas* do corporativismo, do colaboracionismo de classe adaptado, evidentemente, às novas situações.

Estes intuitos tornam-se mais evidentes no engodo que está a ser lançado aos trabalhadores da «participação nos lucros», que mais não visa do que desviar o trabalhador da luta por um salário real digno.

Esta actuação das forças da reacção é um dos sintomas das vitórias já alcançadas pelas massas trabalhadoras e da tomada de consciência da desumanidade e da violência do capitalismo.

Esta actuação das forças da reacção é a tentativa de vestir um fato novo num corpo velho.

Aqui como em tudo torna-se urgente distinguir a palha do grão, e denunciar os objectivos visados pela reacção e criar os antídotos que permitam aos trabalhadores avançar no processo irreversível da sua emancipação.

A vigilância e a denúncia de todas as tentativas do capital e seus serventuários de utilizarem os trabalhadores como meios condutores da sua política antipopular, é tarefa prioritária. Simultânea é a intensificação da organização de todas as estruturas democráticas—comissões de delegados, direcções de sindicatos e união dos sindicatos.

É no reforço da nossa organização, na vitalidade que con-

seguimos impor ao nosso trabalho que estaremos a criar as condições que nos permitem dar novos passos em frente.

Concluindo

Até ao «25 de Abril» os monopólios possuíam para a defesa do seu poder económico: o poder político, as forças repressivas, um bando de criminosos (a PIDE / DGS) a Censura, etc. A partir dessa data, para prosseguir os seus objectivos de pilhagem do trabalho do Povo Português e das nossas riquezas naturais, sentem necessidade de pôr outra máscara.

E então começam a agitar directamente ou através dos seus agentes, as ideias de cogestão e participação nos lucros, com o fim de adular a consciência de classe das massas trabalhadoras, de as levar a colaborar na sua própria exploração, de as dividir.

O grande patronato teme, sobretudo, a organização ampla, disciplinada, unida, dos trabalhadores. É isso que está a tentar evitar e destruir. Uma das armas utilizadas para esse fim é a «cortina de fumo» da cogestão e da participação nos lucros.

No entanto, estamos certos, que também esta arma da reacção e dos monopólios será despoletada a tempo pelos trabalhadores portugueses, conforme já o foi pelos trabalhadores de outros países, inicialmente empurrados para o logro. *Aliás já o começou a ser*

* Depois de 21 de Junho, os trabalhadores colocaram-se numa situação muito especial. Antes, tinham como antagonista a Administração, agora, o Governo Provisório a quem prometeram, no mesmo dia 21, inteiro apoio.

A ALIMENTAÇÃO. PARA ONDE VAMOS?

Uma das principais bases da alimentação, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, são os cereais. Os seus preços e a sua produção, no entanto, não correspondem às necessidades do consumo. Deste modo as carências alimentares agravam-se ano após ano, arrastando consigo todo um não-desenvolvimento dos referidos países e não só, já que os países subdesenvolvidos da Europa (como Portugal) também são afectados por essa situação.

O valor unitário da importação do trigo e da farinha era, em 1972, de 75 dólares a tonelada; em 1973 o seu preço subiu a 150 dólares, e em 1974 deverá passar os 200. O custo da tonelada de arroz era de 130 dólares em 1972, 280 em 1973, devendo ultrapassar os 300 em 1974.

A subida dos preços deve-se, principalmente, à aquisição de grandes quantidades de cereais feita pela U. R. S. S. aos E. U. A. em 1972, em consequência de colheitas desastrosas.

Deste modo verifica-se que basta um ano mau de colheitas num grande país produtor para que os preços subam vertiginosamente.

Face a esta subida, os países do Terceiro Mundo que não possuam produtos vitais de interesse económico — como, por exemplo, o petróleo — ficam em situação ainda mais precária, pois não podem dispor das suas reservas para investir no seu próprio desenvolvimento, já que o valor das importações atinge proporções astronómicas: 7 biliões de dólares em 1973 contra 2,8 biliões em 1972.

Os detentores dos mercados de cereais são os E. U. A. que, na Bolsa de Chicago, controlam os preços dos mesmos. Exportando cereais em massa para a U. R. S. S., os E. U. A. mais não fizeram que alargar o seu domínio sobre os países subdesenvolvidos, agravando as suas precárias condições de vida, condições estas ainda mais agravadas em África com uma seca que se vem fazendo sentir desde 1972.

Que fazer? Uma solução para combater este problema será a criação de *stocks* de cereais, à semelhança do que as nações industrializadas fazem com o petróleo, uma vez que os *stocks* actuais não chegam para um mês de consumo em todo o mundo. Segundo uma entrevista concedida por Sayed Ahmed Marei à revista francesa *Economia*, tais *stocks* deverão ser geridos por um organismo financeiro que trabalhará com o contributo dos países industrializados e dos países produtores de petróleo, que deverá ser criado na Conferência Alimentar de Roma, a realizar em Novembro próximo. Este organismo prestará ainda auxílio financeiro aos

países subdesenvolvidos no sentido de procurar a solução dos seus problemas alimentares.

Será o *contrôle* demográfico uma solução? Assim parece. Mas esta medida arrasta uma série de problemas, e não poderá ser considerada isoladamente.

Em todos os países a imposição ou simples encorajamento do uso de meios contraceptivos encontra inúmeros problemas, sobretudo nos países subdesenvolvidos em que os filhos são uma garantia para a velhice, pelo que importa ter muitos filhos para que dois ou três atinjam a idade adulta e assegurem o sustento da família.

Por outro lado, o desenvolvimento dos países leva as populações a consumir mais do que o necessário, principalmente em produtos de luxo, não se lhes pondo o problema do *contrôle* do seu desenvolvimento em benefício do de outros países. É assim que um habitante dos países desenvolvidos consome dez vezes mais produtos (inclusive alimentares) que outro de África ou da Índia, por exemplo, consumo este que reduz as reservas mundiais.

Outro aspecto do problema demográfico são as conquistas da medicina que, aumentando o período de vida dos homens, neutralizam qualquer acção que o uso de meios contraceptivos poderia exercer.

Verifica-se assim, na análise do problema alimentar, a existência de numerosos problemas nele implicados, e que se integram todos num problema comum: o combate ao imperialismo capitalista.

O aspecto mais importante a observar neste momento é portanto a consolidação da economia dos povos subdesenvolvidos (de que fazemos parte), controlando os excessos de consumo e aumentando a produção, de modo a poderem fazer face ao crescente imperialismo capitalista movido pelos E. U. A. através do seu domínio dos mercados. Por outro lado deverão esses povos cooperar entre si no seu próprio desenvolvimento técnico, procurando deste modo evitar o recurso aos países capitalistas, cujo auxílio técnico arrasta consigo, inevitavelmente, o já referido imperialismo.

RAUL VITAL

Propriedade da Companhia das Águas de Lisboa

Redacção: VIRIATO ROCHA e RAUL VITAL
Paginação: NÍDIA HENRIQUES
Capa: EDGAR MOREIRA

Composição e Impressão: Tip. Jorge Fernandes, Lda. — 1700 ex.